

Braga, Marcos da Costa; "Considerações finais", p. 315-324 . In: Braga, Marcos da Costa. ABDI e APDINS-RJ, 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580390346  
Disponível em <http://openaccess.blucher.com.br/article-details/19736>

# 6

## CAPÍTULO

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As criações da ABDI e da APDINS\_RJ contaram com o voluntarismo de profissionais que se entusiasmaram em dedicar-se à organização dessas entidades, mas esse foi apenas um dos fatores de um conjunto determinado pelos contextos históricos tanto do campo do design quanto dos cenários econômicos e sociais existentes naqueles dois momentos. O mesmo se aplica aos seus terminos, ou melhor, aos seus momentos de descontinuidade, já que ambas não foram oficialmente encerradas.

A ABDI atuou, na prática, como uma associação profissional ao incluir em suas atividades discussões sobre as relações de trabalho dos designers. Por ser

a única associação de seu gênero no campo do design até 1978, cobria tanto as atividades consideradas culturais, quanto aquelas atividades consideradas específicas para a atuação profissional. A distinção entre entidades de caráter cultural e de caráter pré-sindical só inicia-se em 1977, quando os designers cariocas manifestam a intenção de mudar a ABDI para uma associação de classe e esbarram no Estatuto.

Seguindo esse raciocínio é que consideramos que a ABDI foi a primeira associação profissional de design do país. E a APDINS-RJ foi a primeira associação 'dos' profissionais de desenho industrial, de caráter 'classista' e estadual.

O papel histórico da ABDI é expresso no alcance de alguns objetivos que nortearam sua fundação. Ela iniciou a organização no campo profissional, propiciou um fórum institucional, fora da esfera do ensino, em um momento importante da constituição desse campo, no qual profissionais pioneiros do mercado, docentes e clientes se encontraram para discutir, conceituar e divulgar design. Conseguiu realizar os primeiros eventos de maior porte e colocar na mesa de suas discussões, membros de governos e agentes importantes do setor produtivo. Como entidade, sua simples existência demonstrava que era possível uma organização profissional para os diplomados em uma profissão 'nova' que passava por dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

A parceria entre designers e empresários, ainda que de um viés mais cultural do que produtivo na escala pretendida pelos projetistas dessa parceria, marcou não só o modo como a ABDI divulgou e disseminou o design na sociedade, mas o modo como se iniciou a organização profissional dos designers no Brasil.

Esses pioneiros, apesar de poucos, na concepção deles próprios, foram importantes também pelas respectivas filiações institucionais e que possibilitaram ações baseadas em relações institucionais. O processo organizado pelos designers para a conscientização da sociedade brasileira sobre o design, dentro de uma perspectiva histórica, iniciou-se pelo setor produtivo no qual o design se materializa. Portanto, seria o modo inicial e pioneiro de um processo de conscientização dos diversos segmentos sociais que continuou a ser empreendido pelas gerações posteriores de designers.

A criação da APDINS-RJ se insere no processo de 'sindicalização' dos vários segmentos de profissionais de classe média, que ocorreu nos anos 1970. Nessa época, a maioria dos designers, que se mobilizou na capital fluminense estava na condição de autônomos ou assalariados. Assinalamos, aqui, que os conflitos de interesses atribuídos em 1978 à presença de pessoas jurídicas numa associação de designers, o que ocorreria na ABDI, eram mais relacionados aos empresários/patrões, clientes contratantes de serviços do designer, do que aos escritórios de design.

O projeto de Lei de Regulamentação passou a ser a principal 'bandeira' da APDINS-RJ, pois garantiria a hegemonia no mercado de trabalho, como

tinha sido o caminho de outros profissionais liberais de atividade projetual: o engenheiro e o arquiteto.

A APDINS-RJ se posicionou e procurou preservar a formação do desenhista industrial como de nível superior e em cursos específicos de Design. Buscaram, assim, consolidar a independência do design em relação à arquitetura, à engenharia e à publicidade, e a distinção com outras profissões de desenho com atribuições técnicas e de nível médio. Desse modo, pretendiam fazer valer o investimento na aquisição do capital cultural, obtido na graduação, e consolidar a identidade social via definição da identidade profissional.

Conforme vimos no Capítulo 1, os criadores do curso da ESDI esperavam, nos primeiros anos da escola, formar profissionais que dessem forma própria e ‘boa’ aos nossos produtos industriais, liberando-os dos *royalties* estrangeiros para torná-los acessíveis ao grande público. O design serviria a um projeto nacional desenvolvimentista voltado para a industrialização do país, dando sequência ao otimismo que marcou os anos do governo de Juscelino Kubitschek. A ferramenta para realizar esse design era o funcionalismo/formalismo técnico de inspiração alemã, que forneceria a metodologia adequada para o bom projeto do produto industrializado e a racionalização de sua produção.

Pensamento semelhante norteou a sequência de desenho industrial da FAUUSP no plano do papel social do arquiteto e da arquitetura industrializada.

Entretanto, no fim dos anos 1960, a ESDI não era um componente do projeto desenvolvimentista posto em prática pelo governo militar. O desenho industrial brasileiro, idealizado pela escola pioneira, encontrava-se nos anos 1970 diante de uma realidade social e econômica que se desenvolveu enquanto a escola repensava o seu papel e discutia ideias e formas de inserção dos designers no mercado. Uma realidade que se apresentava com diversidade de tecnologias de produção, desconhecimento das atribuições da profissão, remunerações consideradas incompatíveis para o capital cultural adquirido, importações de projeto, demandas consumistas e poucas oportunidades de intervenção social e cultural para o designer. Realidade esta que também atingiu os objetivos da FAUUSP com a sequência de desenho industrial.

A APDINS-RJ nasceu diante do debate da relação do design com essa realidade. Nasceu em um momento de confluência entre os ideários de um design nacional, com referências culturais brasileiras, e do formalismo técnico de inspiração estrangeira. Por meio dos recém-formados da ESDI, que compuseram a maioria das lideranças da APDINS-RJ, as variadas ideias que foram desenvolvidas na escola pioneira, nos anos 1970, estavam presentes na Associação.

O que unia as diferentes correntes de pensamento em torno da APDINS-RJ era a luta contra as importações de pacotes tecnológicos, projetos e padrões culturais e a defesa do mercado de trabalho para o designer brasileiro, assim como o compromi-

so, de caráter político, em ‘democratizar’ o acesso da população aos bens industrializados. Sobre esse ponto, convergiu a oposição política ao regime militar e à política econômica, que pelas suas ações, restringia o mercado de trabalho para o desenhista industrial, principalmente para o desenhista de produto, na iniciativa privada.

Deve-se levar em consideração que o ensino de Design na UFRJ e na PUC, nos anos 1970, continha as tendências ideológicas desenvolvidas na ESDI, descritas por Souza e narradas no Capítulo 1. Os poucos designers oriundos da PUC e UFRJ que atuaram junto às lideranças da APDINS-RJ, no final dos anos 1970, não divergiram essencialmente destas ideias.

A APDINS-RJ era uma associação com a qual se pretendia representar o desenhista industrial independentemente de sua habilitação. A formação mista implantada na ESDI, após 1968, teria sido em razão do mercado restrito para o desenhista industrial, que não oferecia condições para o profissional ‘especializado’. A PUC e a UFRJ não possuíam a formação final mista das duas habilitações em um único curso. Porém, a ideia que prevaleceu na APDINS-RJ foi a de abrigar os profissionais das duas habilitações tradicionais no Brasil e a própria ideia de atuação generalista do designer no mercado.

Ao longo de sua existência, as gestões continuaram com predomínio de formandos da ESDI, tendo como eixo as relações de amizade e confiança advinda dos bancos escolares. Foi essa cadeia de relações que manteve a existência da APDINS-RJ ao longo de seus 13 anos de vida, possibilitando o exercício de lideranças com o apoio dos grupos que mais participaram da Associação e que lhes davam a sua representatividade relativa. Esses grupos oscilavam em graus de participação ao longo do tempo e em graus de renovações de seus quadros. Por causa dessa oscilação na participação dos grupos, que mantinham a APDINS-RJ ativa, é que os dirigentes, em suas respectivas gestões, foram levados a recorrer às relações de amizade e de confiança, para garantir a formação de chapa para a Diretoria posterior. Por meio de chapa única, em geral, acomodavam-se correntes diferentes de pensamento em nome da união que havia marcado a criação da Associação.

Na ABDI também ocorreu o recurso da chapa única para acomodar diferentes interesses com vistas à sobrevivência da Associação, em meio à oscilação na participação de associados nas tarefas empreendidas pelas Diretorias. Mas as origens de formação eram mais diversificadas; pois reuniu os pioneiros da área em um primeiro momento, e os primeiros diplomados de estados diferentes em um segundo momento.

A imagem de uma Associação formada predominantemente por egressos de uma única escola prejudicou a renovação das lideranças e dos grupos liderados no cotidiano da APDINS-RJ, bem como o grau de sua representatividade perante parte do corpo social de profissionais do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, confirmou-se a suposição feita no corpo das hipóteses, contempladas na nossa tese e

da qual este livro se origina, de que a representatividade da Associação acabou restrita na própria constituição de suas lideranças.

A APDI-RJ, implantada em 1988, apesar de se aproximar dos estudantes e continuar a dar espaço para os diferentes segmentos de designers reunidos nos grupos de trabalhos de 1985, não conseguiu promover renovações de quadros mais constantes e que equilibrassem as oscilações que marcaram sua existência.

A APDI-RJ deixou de existir quando sua última Diretoria não obteve consenso sobre uma política de ações (ou acomodação de interesses), e sua presidente não consegue montar uma chapa para sucedê-la. Acreditamos que a heterogeneidade de interesses da Diretoria e o processo de sua formação, no qual a presidente não ‘montou’ sua equipe, como ocorreu em outras gestões, foram fatores que contribuíram para a falta de capacidade de reestruturação dessa Diretoria. Porém, foi motivo também, para seus problemas internos, as diferentes visões, sobre o caráter pré-sindical ou ‘cultural’ que a APDI-RJ deveria seguir. Foi o ápice simbólico de uma diferença de opinião sobre a identidade que a Associação deveria ter que se desenvolveu ao longo dos anos 1980.

A existência das Diretorias e de suas gestões, na APDINS-RJ, sempre dependeu da dedicação contínua de seus membros. Exatamente como ocorreu com várias associações profissionais de designers de outros estados, nos anos 1980. Por isso, muitas vezes, as críticas às associações possuem como ponto comum relacionar a desestruturação da Diretoria com a diluição da entidade. Todavia, o que foi diluído na APDI-RJ, em seu final, foi a Diretoria que constituía a representação. E quanto aos grupos que sempre lhe deram a relativa representatividade? Por que não reconstituíram a representação, como ocorreu em outros momentos de crise da APDI-RJ?

Diferente de outras associações profissionais de designers que foram criadas nos anos 1980, a APDINS-RJ nasceu efetivamente de um processo de organização que, em sua gênese, alcançou uma representatividade significativa junto aos designers cariocas. Representatividade que foi suficiente para gerar quadros que, estimulados por essa origem, lhe garantiram existência por mais de uma década.

A APDI-RJ deixou de existir não só quando se desestrutura sua representação, mas também quando deixou de ter esses grupos de apoio cotidiano lhe dando representatividade. Portanto, deixou de existir quando não é identificada mais como o instrumento adequado para atender aos interesses considerados prioritários pelos diferentes grupos de designers que poderiam lhe dar representatividade. Interesses que estavam voltados para o mercado que se apresentava diferente daquele que existia em 1978. Interesses que, nos anos 1990, demandavam outros modelos de associação ou corporativismo para os diferentes segmentos da categoria profissional dos designers.

Situação que não deixa de ter alguma semelhança com aquela vivida pela ABDI no final dos anos 1970. Era outro momento do campo do design e era outro momento na situação da geração que tinha fundado a primeira Associação de Design em 1963. Os modelos associativos de ambas, ABDI e APDINS-RJ, não corresponderam às mudanças de contextos desse campo do final dos anos 1970 e do final dos anos 1980.

Durante os anos 1980, as ‘bandeiras’ tradicionais de luta da APDINS/APDI-RJ sofrem ‘desgastes’ ou saem da pauta de prioridades ou ainda são ‘apropriadas’ por outros movimentos externos à Associação.

Uma das principais ‘bandeiras’ pela qual a APDINS-RJ foi criada acabou sendo conquistada ao longo dos anos 1980, mas não da forma como os seus criadores pensaram que ocorreria. Com a ajuda do crescimento do setor de prestação de serviços, principalmente no final dos anos 1980, aumentou o número de trabalhos para o segmento de autônomos e escritórios de design, com predomínio da área gráfica. Os assalariados em design também cresceram; contudo, não na mesma proporção que os autônomos. A ampliação do mercado para o designer nos anos 1980 foi caracterizado não tanto por um crescimento do mercado de trabalho em sua totalidade, mas, como observam Valéria London e Bitiz, por uma conquista dos designers desse mercado, sem a aprovação do projeto de Lei de Regulamentação. Tratou-se, em parte, de uma ocupação de espaços nos quais estavam atuando profissionais ‘amadores’ em design, provenientes de outras formações, que não tinham alcançado uma qualidade no projeto que pudesse competir com, pelo menos, a média dos diplomados nas escolas de design.

O projeto social (na concepção de Gilberto Velho) dos indivíduos mais frequentes e menos frequentes, em ambas as associações, diferenciava-se em relação aos objetivos das carreiras que passaram naturalmente a elencar prioridades decorrentes da ocupação do mercado e do crescimento do campo profissional, em diferentes momentos e em diferentes nichos, a partir dos anos 1980.

Em torno dessa questão, confirma-se, a nosso entender, uma das hipóteses da nossa tese: as dissonâncias sobre o papel que deveria ter a APDINS-RJ/APDI-RJ entre os que lideravam ou frequentavam com assiduidade a Associação e entre estes e a massa de desenhistas industriais que cresceu ao longo da década de 1980.

Nessa época, destaca-se a distinção de interesses ocorrida entre os segmentos de profissionais assalariados, autônomos e titulares de escritórios que passam a promover grupos de discussões para assuntos mais específicos sobre suas condições de trabalho.

Durante algum tempo, seguindo uma de suas características básicas, a APDINS-RJ abrigou todos os segmentos, proporcionando-lhes o fórum para deba-

tes. Porém, um conjunto de fatores inviabilizava a continuidade desse espaço comum e colocava em questionamento seu próprio modelo pré-sindical.

Os assalariados dos setores público e privado tinham como alternativa mais eficaz para a luta por reivindicações salariais as associações ou sindicatos dos ramos de atividades onde se inseriram. Nos casos em que foi necessário equiparar o piso salarial de designer com outros profissionais de nível superior da área projetual, as intervenções da APDINS-RJ/APDI foram pontuais. A competição acirrou-se no mercado, provocando corporativismos de grupos baseados em relação de confiança e amizade e a necessidade de discussões mais específicas e distintas entre os segmentos de designers, segundo suas condições de trabalho. Os assalariados dos escritórios de design, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, não viram a APDI-RJ como entidade que defenderia seus interesses porque a associaram às gerações de profissionais nas quais se originaram seus patrões. Encaminharam suas negociações no ambiente de trabalho. Assim, o modelo ‘pré-sindical’ da Associação foi perdendo terreno no cenário do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a característica da Associação de representar conjuntamente a área gráfica e de produto sofria questionamentos, a partir do crescimento assimétrico da programação visual e do surgimento da ADG em São Paulo. Essa mesma assimetria tinha, em certa medida, atingindo a ABDI há pouco mais de uma década antes. Só que o ritmo de crescimento e segmentação do design foi bem maior nos anos 1990.

A APDINS-RJ, nascida em tempos de acomodação de interesses de profissionais em condições de trabalhos diferentes, de consenso de ideias sobre como ocupar o mercado restrito e o modo de atuar não especializado, se diluía em tempos de crescimento, diversificação, segmentação e ‘especialização’ do design na sociedade.

A não continuidade da APDI-RJ e a inexistência de outra associação profissional no Rio de Janeiro até 1998 foram relacionadas, por alguns dos entrevistados, ao individualismo provocado pela desvalorização da ação coletiva e política por parte da classe média. A competição no mercado entre designers e o cenário político e econômico neoliberal do final dos anos 1980 seriam ingredientes para a busca da consolidação de carreiras e conquistas profissionais individuais.

Para Bitiz, a geração formada nos anos 1970 cresceu na ação coletiva e política como forma de resistência e de afirmação social. A geração formada no final dos anos 1980 teria crescido nesse cenário de desestímulo ao associativismo profissional. Não possuiria, portanto, ‘bandeiras’ de luta políticas e coletivas.

De fato, o cenário do final dos anos 1980 é marcado pela continuidade da modernização conservadora que tem, em sua composição, a massificação, o incentivo ao consumismo da classe média e a valorização da conquista profissional

individual. Contudo, não podemos afirmar que apenas a ação individual na profissão era valorizada no campo do design no Rio de Janeiro. A busca por ações coletivas para atingir fins comuns existiu. Os movimentos de estudantes e dos escritórios, no início dos anos 1990, foi prova disso, bem como a participação de designers cariocas, alguns deles das gerações que fundaram a APDINS-RJ, na criação de outras associações como a AEnD-BR e a ADG-Rio.

A movimentação de escolas, em conjunto com alguns profissionais das gerações dos anos 1970, em defesa do projeto de regulamentação da profissão nos anos 1990, foi outro exemplo. O que demonstra que permanecia a noção de que alguns objetivos só poderiam ser alcançados por ações coletivas, mesmo nas gerações mais novas.

O que teria mudado foi a noção de dimensão política da ação coletiva e a abrangência que se pretendia atingir com ela. Portanto, seria diferente daquela que se pensava à época da fundação da APDINS-RJ: mobilizar o maior número de designers para constituir e representar a categoria profissional não só para atingir metas comuns, mas também para exigir políticas públicas de inserção do design nacional nos meios produtivos, e a ampliação do mercado interno via democratização do acesso aos bens industrializados.

É claro que muitos designers cariocas militantes, das décadas de 1970 e de 1980, não deixaram de atuar e pensar politicamente o design, de forma mais ampla, nos espaços que o campo de possibilidades no meio social e profissional lhes proporcionou nos anos 1990. Porém, no Rio de Janeiro essas foram ações pontuais, já que, no início dos anos 1990, predominaram os interesses mais imediatos de profissionalização e consolidação da posição alcançada no mercado de trabalho no momento anterior.

Mesmo que a APDINS-RJ/APDI tenha desempenhado um papel mais de apoio do que de liderança no encaminhamento do projeto de lei, a partir de meados dos anos 1980, a entidade continuou sendo vista como essencialmente ligada à luta pela regulamentação. Os motivos para o projeto de lei da regulamentação não ter sido aprovado foram vários: desde a falta de unidade dos designers em seu encaminhamento e acompanhamento, até a falta de interesse do empresariado com capacidade de influenciar sua aprovação no Congresso Nacional. Incluem-se, entre esses motivos, o desconhecimento das atribuições do desenhista industrial por parte da sociedade, durante a década de 1980, e as múltiplas definições da nomenclatura da profissão. Perder a oportunidade de aprovação da regulamentação da profissão, nos primeiros anos da APDINS-RJ, contribuiu para as oscilações nas participações de sócios e na sua identidade.

Como tínhamos formulado nas hipóteses, a não aprovação da regulamentação da profissão foi um dos fatores que contribuíram para o esvaziamento da APDINS-RJ, por ser essa 'bandeira' uma de suas características básicas.

Porém, a Associação não proporcionou a seus organizadores apenas frustrações ou metas não realizadas. A maioria dos entrevistados pela presente pesquisa frisou o papel importante que a Associação desempenhou na formação de quem a frequentou com assiduidade. Foi no âmbito da Associação que esses profissionais iniciaram suas carreiras e transformaram seu espaço em um ponto de encontro para continuar a debater conceitos sobre o design e a profissão. No âmbito da APDINS-RJ, os designers amadureceram o conhecimento sobre o mercado, as relações com o cliente e a sociedade, e estabeleceram contatos com outros profissionais do Rio de Janeiro e de outros estados. Compuseram parcerias profissionais que proporcionaram a criação de empresas de design e outras entidades no campo do desenho industrial. E, também, mantiveram-se informados sobre o que estava acontecendo na área do design, carioca e nacional, e divulgaram informações em um período que não existia um periódico específico sobre design e nem internet.

Muitos dos ex-diretores da APDINS-RJ estão hoje no *'top'* do *ranking* profissional do mercado do Rio de Janeiro e são profissionais de destaque no cenário nacional. Também, no meio acadêmico, encontramos professores que militaram na Associação carioca, com carreiras universitárias reconhecidas nacionalmente pela categoria docente de design. A participação na Associação ajudou a consolidar a identidade social e profissional, na medida em que seus eventos serviram de encontro dos *'pares'* e auxiliaram a estes que se reconhecessem como categoria profissional. O exemplo mais expressivo foi o ENDI, criado e organizado até a sua 3ª edição com importante participação da APDINS-RJ. Dos ENDIs saíram documentos que orientaram as ações das diversas entidades criadas por grupos que procuraram organizar os designers em seus locais de origem. Entre esses documentos, alguns integraram o ideário que definiu durante um bom tempo o estatuto profissional do desenhista industrial brasileiro, como o currículo mínimo e as atribuições para o exercício da profissão, expresso no projeto de lei da regulamentação. Este último, embora não tenha chegado a ser implantado, norteou os discursos sobre a hegemonia no campo profissional e a inserção no mercado de trabalho.

A década de 1980 foi considerada uma *'década perdida'* pelos economistas devido aos períodos de recessão, problemas em infraestrutura baixo desempenho econômico etc. Porém, mesmo com as dificuldades e as restrições de mercado, foi a década na qual: os designers tiveram referências para se verem como uma categoria profissional, cresceram o número e os tipos de instituições no campo profissional, cresceu o número de escritórios, foi definida a nomenclatura da profissão, abriram-se frentes em novos campos de atuação, a academia se organizou, os estudantes iniciaram a organização de seu fórum e o mercado que havia disponível foi aos poucos sendo conquistado. Não se tratou, portanto, de uma *'década perdida'* para o campo profissional do design, mesmo com o fim da ideia de entidades pré-sindicais.

A hegemonia, em seu sentido de preponderância ou de supremacia, no campo do design, ao menos no Rio de Janeiro, foi conquistada na prática pelos diplomados no processo de ocupação do mercado ocorrido nos anos 1980 e 1990. Nas revistas especializadas em design, quando noticiavam profissionais cariocas de destaque, ou em eventos de mostra de trabalhos realizados no Rio de Janeiro nos anos 1990, é nítida a presença de uma maioria de diplomados em Desenho Industrial. Os publicitários, na área gráfica, e os arquitetos, na área de Desenho de Produto, são a segunda presença em destaque, devido à tradição que esses profissionais têm na história do campo do design.

O modelo pré-sindical e estadual da APDINS-RJ inspirou os movimentos de organização profissional em outros estados e marcou o período em que foram separadas as entidades em culturais e em ‘classistas’, na história do campo do design no Brasil.

Outras associações, ditas ‘dos profissionais’ e estaduais, surgiram a partir dos anos 1990 com o caráter ‘classista’ e com o objetivo de defesa dos interesses dos designers brasileiros. Porém, apesar desse caráter classista, não há movimentos concretos dessas associações para a transformação em sindicatos. Elas avançam com suas atividades culturais e profissionais, enquanto seguem mais alguns capítulos da tentativa de regulamentação da profissão.

Desde a desestruturação da AND-BR, em meados dos anos 1990, não há mais no campo nacional do design uma entidade que pretendesse articular a representação das associações profissionais estaduais ou regionais. A unidade nacional para a luta pela regulamentação da profissão não se recompôs devido à ausência de algumas associações profissionais nas últimas articulações institucionais e ao baixo interesse por parte dos designers em geral, o que demonstra que o assunto ainda é polêmico. Principalmente quando, devido a seu crescimento e caráter interdisciplinar, o campo do design se apresenta diversificado em ocupações profissionais, em condições de trabalho e em áreas de conhecimento com interesses que estão se mostrando específicos e segmentados. Esses interesses são legítimos, mas se desenvolveram sem a preservação da visão de unidade que décadas atrás norteou as ações da ABDI e APDINS-RJ. Esse fato reflete, dentre outras coisas, o motivo pelo qual até a primeira década do atual século não tenha sido aprovado no Congresso Nacional o projeto de regulamentação da profissão.

Esperamos que, com esta publicação, a ABDI e a APDINS-RJ deixem apenas de existir na memória de quem as vivenciou e assumam seu lugar na história da profissão do design industrial brasileiro.